



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 16 DE MARÇO DE 2004

O SECRETÁRIO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 4.319 de 16.03.1964 e Lei 10.683 de 28.5.2003, e dando cumprimento a decisão unânime do colegiado em sua 152ª reunião ordinária e

Considerando a gravidade e sistematicidade das violações de direitos humanos constantes no Relatório Preliminar apresentado pela Comissão Especial instituída pela Resolução nº 08/2004, cuja finalidade é proceder a apuração de violações dos direitos humanos no Estado do Rio de Janeiro no que tange a denúncias de Tortura, Extorsão, Abuso de Autoridade, dentre outras graves violações;

Considerando que as autoridades administrativas ou policiais do Estado do Rio de Janeiro se revelaram nos casos relatados, no todo ou em parte, incapazes de assegurar a proteção dos direitos da pessoa humana;

Considerando que o art.6º da Lei 4.319/64 estabelece a atribuição ao CDDPH de requisitar às instituições públicas as diligências necessárias para a apuração e prevenção de violações aos direitos humanos;

Considerando que a repercussão interestadual e até internacional dos crimes relatados estão a reclamar uma repressão uniforme nos termos do artigo 1º da Lei nº 10.446 de 08.05.2002;

Considerando os princípios constitucionais concernentes à dignidade humana, à prevalência dos direitos humanos, em especial no que se refere ao direito à vida e a não ser submetido à tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes;

Considerando os esforços do Governo Federal na constituição do Sistema Único de Segurança Pública calcado no profundo respeito aos direitos humanos;

Considerando as atribuições conferidas pela Lei 10.446, de 08 de maio de 2002, à Polícia Federal para investigar crimes que tenham repercussão interestadual ou internacional, ainda quando relativos a violações de direitos humanos que a República Federativa do Brasil se comprometeu a reprimir em decorrência de tratados internacionais que seja parte, *in casu* o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, a Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanos ou Degradantes e a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes;

RESOLVE:

Art. 1º - Requerer ao Excelentíssimo Ministro da Justiça que, com fundamento no inciso III do artigo 1º da Lei 10.446 de 08 de maio de 2002, determine ao Departamento de Polícia Federal que proceda às investigações das infrações penais "Chacina do Maracanã", de homicídios e extorsão mediante seqüestro praticadas por policiais militares em Parada de Lucas e Acari, bem como o assassinato de Hanry Silva Gomes de Siqueira (morto em 21 de novembro de 2002) em Lins e Vasconcelos, bairro do Méier, todas ocorridas no Estado do Rio de Janeiro;

Art. 2º - Encaminhar o Relatório Preliminar da Comissão Especial instituída pela Resolução nº 08/2004 do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, acompanhado da documentação pertinente, a fim de que possa subsidiar as apurações a serem procedidas pela Polícia Federal;



NILMÁRIO MIRANDA